



COMUNICADO

O Sindicato dos Oficiais de Justiça reuniu com a DGAJ no passado dia 18 de Junho.

Esta reunião teve como objectivo o início dos trabalhos de discussão e preparação, para posterior elaboração por parte da DGAJ, do documento/projecto que vai servir de base à alteração estatutária da carreira dos Oficiais de Justiça, documento este a ser remetido ao Ministério da Justiça.

Nesta primeira reunião foram abordados, entre outros, os seguintes temas:

1. Ingresso

Defendemos o curso de Técnico Superior de Justiça como regime regra para o ingresso e como regime supletivo o curso de Técnico de Serviços Jurídicos.

2. Formação Contínua

Defendemos que é necessário um maior investimento e empenhamento por parte da DGAJ no seu aperfeiçoamento, quer com o aumento de acções de formação, quer ainda com o início da aplicação das novas tecnologias informáticas, tais como o e-learning.

3. Avaliação

Defendemos que o actual modelo deve sofrer alterações, respeitando os princípios constitucionais de que não abdicamos. Em relação à questão da definição dos objectivos, esta matéria merece um tratamento aprofundado pela sua complexidade, e este Sindicato não embarca no facilitismo.

4. Carreira

Defendemos a necessidade de um maior reconhecimento e valorização profissional dos Oficiais de Justiça, a fim de conferir mais dignidade, prestígio e melhores condições de trabalho, originando assim uma melhor qualidade nos serviços prestados a quem recorre à justiça. Razão pela qual não aceitamos a proposta da DGAJ de aglutinar/retirar a categoria de Escrivão Adjunto.

5. Vínculo

No nosso entendimento a relação jurídica que se estabelece entre a Administração e os Oficiais de Justiça, é a da nomeação definitiva.

Foi ainda abordada a questão da mobilidade dos Oficiais de Justiça entre tribunais, não tendo este Sindicato se pronunciado aprofundadamente sobre este assunto enquanto não houver, por parte da DGAJ, uma proposta concreta.

Assim, foi agendada para o dia 29 de Junho uma segunda reunião.

Posteriormente fomos informados do seu adiamento para o início de Setembro.

Esta posição colheu a nossa concordância porque como sempre temos afirmado, é importante trabalhar com “segurança”, valorizando o trabalho dos Oficiais de Justiça e os próprios tribunais.

Lisboa, 2010-07-06
A Direcção